

Melhora nas contas surpreende analistas

Menor déficit em contas correntes deixa bancos mais confortáveis para manter linhas para o País

SERGIO LAMUCCI

Atendência de melhora acentuada das contas externas, que ficou ainda mais evidente com a divulgação dos números de julho, foi muito bem recebida pelos analistas. A perspectiva de que o déficit em contas correntes feche o ano em US\$ 17 bilhões, bem abaixo dos US\$ 23,2 bilhões registrados em 2001, indica que a necessidade de recursos estrangeiros do País está caindo significativamente, o que deve ser decisivo para os bancos estrangeiros pelo menos manterem as linhas de crédito para o Brasil, conforme o compromisso assumido na segunda-feira por 16 das principais instituições financeiras do mundo.

O economista-chefe do Banco JP Morgan, Luís Fernando Lopes, ressalta que o déficit em contas correntes de julho, de US\$ 550 milhões, ficou bem abaixo das estimativas do mercado, que apostava num rombo de US\$ 800 milhões a US\$ 1 bilhão. "O ajuste do balanço de pagamentos está sendo feito a um ritmo mais rápido do que se esperava. Quem quiser fazer uma aposta especulativa de médio prazo contra o Brasil tem de procurar outra variável que não as contas externas", afirma Lopes, ressaltando que a balança comercial, que teve um superávit de US\$ 1,2 bilhão em julho, é a grande responsável pela redução expressiva do déficit. E a expectativa é de que isso continue em agosto, diz ele: apenas nas quatro primeiras semanas de

agosto, o saldo foi positivo em US\$ 1,261 bilhão. "Se o superávit superar US\$ 1,5 bilhão no mês, o que é possível, o déficit em contas correntes tende a ficar próximo de zero", diz. A estimativa do Banco Central (BC) é de que haja um pequeno déficit em agosto, de US\$ 150 milhões.

A redução da tão discutida vulnerabilidade externa brasileira, que ainda continua elevada, é o principal trunfo do governo para garantir a manutenção e, quem sabe, a vinda de novos linhas de crédito, afirmam analistas. Lopes diz que, com esses números, fica mais fácil para a filial de um banco estrangeiro defender para a matriz que não é necessário continuar a diminuir a exposição no País.

A balança comercial não é o único item que explica a melhora das contas externas. O economista do BBV Banco, Fernando Honório Barbosa, destaca a redução das remessas de lucros e dividendos, que ficaram em US\$ 345 milhões em julho, bem abaixo dos US\$ 699 milhões registrados em junho e do US\$ 1 bilhão de maio. Para ele, o nível do câmbio é o principal fator que explica essa queda, uma vez que é bem mais caro enviar recursos ao exterior com o dólar acima de R\$ 3. Lopes lembra, no entanto, que muitas companhias haviam antecipado as remessas de lucros e dividendos em maio e junho, o que também explica o recuo nas saídas.

Barbosa chama a atenção também para a redução dos gastos com viagens internacionais, que caíram de US\$ 98 milhões em ju-

nho para US\$ 75 milhões em julho – um mês de férias. "É o câmbio depreciado ajudando as contas externas." (ler ao lado).

A nota desfavorável é a redução do volume de investimentos diretos estrangeiros (IDE). Para Barbosa, isso se deve principalmente às incertezas no cenário político. Em julho, o País recebeu US\$ 929 milhões desses recursos, bem abaixo do US\$ 1,53 bilhão de junho. No ano, a entrada líquida de IDE é de US\$ 10,6 bilhões, dos quais US\$ 5,6 bilhões são conversões de dívidas em investimentos, ressalta o analista Julio Callegari, da Tendências Consultoria Integrada. Trata-se de uma operação contábil, em que não há entrada de recursos novos no País, explica ele. "Mas, por outro lado, é um dinheiro que deixa de sair." Callegari diz que a maior parte dessas operações é de empréstimos intercompanhias

REMESSA
DE LUCROS
TEM
QUEDA

– em que a matriz empresta dinheiro para a filial – convertidos em investimentos. Segundo ele, o nível do dólar tem levado muitas multinacionais a adotar esse procedimento.

Do US\$ 1,605 bilhão de conversões de julho, Callegari estima que cerca de US\$ 1 bilhão é de empréstimos intercompanhias transformados em investimento. Outros US\$ 334 milhões se referem a dívidas de médio e longo prazos convertidas em IDE. Nesse caso, um banco credor concorda, por exemplo, em transformar uma dívida numa participação na empresa devedora, diz ele.